



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

UFES

PROGRAMA DA DISCIPLINA					
NOME DISCIPLINA	CÓDIGO DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO	OBRIG / OPT.	PERÍODO
Infância, Adolescência e Cidadania.	SSO 00030	60 h.	-	OPT.	2016/1
PROFESSOR: Maria Emilia Passamani - e-mail: mepassamani@hotmail.com					

EMENTA
Análise da questão da infância a partir da construção de sua historicidade. Análise da constituição histórica das formas de enfrentamento da questão social da infância e adolescência. A política de proteção à infância e adolescência no contexto da Normativa Internacional; o Estatuto da Criança e do Adolescente. Contribuição do Serviço Social na busca de alternativas de intervenção face as expressões da questão social relacionadas a infância e adolescência na contemporaneidade.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA
<p>Possibilitar aos alunos um instrumental analítico crítico que lhes permita compreender e aprofundar a discussão sobre a constituição histórica dos(s) sujeitos(s) criança e adolescente. Partindo de uma análise macro, centrará seu foco no âmbito específico da Política de Proteção à infância e Adolescência brasileiras, resgatando suas diretrizes, modalidades e desempenho, desde os seus primórdios, até a contemporaneidade, para a partir, de então, discutir estratégias de ação diante de situações concretas, as quais constituem-se em demandas para o Assistente Social.</p> <ul style="list-style-type: none">- Possibilitar o debate fundamentado da área da infância e da adolescência nos diversos aspectos e demandas;- Possibilitar aos alunos conhecimentos acerca da temática relativa à criança, ao adolescente numa perspectiva crítica;- Estabelecer uma relação sistemática dos conteúdos das disciplinas já cursadas e com as atividades desenvolvidas nos núcleos temáticos;- Identificar e respeitar princípios éticos e pedagógicos na relação entre os alunos e professor.



UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I

1 - Perspectiva histórica da Infância. A construção da especificidade da infância.

1.1 – O despertar do Sentimento da Infância

1.2 - Histórico da Política de Proteção à Infância e Adolescência brasileiras.

1.3 - A questão da Infância no Brasil: Os tempos da Colônia e do Império.

1.4 - A questão da Infância na República.

1.5 - Institucionalização da Política de Atendimento à Infância e Juventude. O Serviço de Assistência ao Menor- SAM.

1.6 - A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM.

Unidade II

2 - O Estatuto da Criança e do Adolescente

2.1 - Análise da Política de Proteção a Infância e Adolescência a partir da promulgação da Constituição Federal de 1998 e da Lei 8.069/90 ECA.

2.2 - A articulação do Sistema de Garantia de Direitos.

2.3 - O ECA e as novas proposições de Política Social.

2.3 - O ECA no contexto da Normativa Internacional.

Unidade III

3 - Apresentação de Projetos e Práticas Profissionais na área da criança e do adolescente.

3.1- Adolescentes em conflito com a Lei.

3.2- Trabalho Infantil.

3.3- Exploração Sexual.

3.4- Violência Doméstica.

3.5- Tutela, Guarda e Adoção.

IV - METODOLOGIA

Aulas expositivas dialogadas; Debates; Seminário; Trabalhos em grupo, apresentação de experiências de prática profissional, visitas institucionais monitoradas, filmes; vídeos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (Leitura Obrigatória):

ARIÈS, Philippe. **História da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n. 8.069 de 1990, Brasília, 1990.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo. Contexto, 1991.

OLIVEIRA e SILVA, Maria Liduina de. **Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes**. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

RANGEL, Paulo. **A redução da menor idade penal: avanço ou retrocesso social?: a cor do sistema penal brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015.



UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2ª. Ed. rev. São Paulo. Cortez, 2008.

SARAIVA, João Batista Costa, KOERNER JÚNIOR, Rolf, VOLPI, Mário (org.). **A Normativa Nacional e Internacional & Reflexões sobre a responsabilidade penal dos adolescentes/ FONACRIAD** – São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Marco Junio Gonçalves da. Tratados internacionais de proteção infanto-juvenil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 106, nov 2012. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12072&revista_caderno=12>. Acesso em mar 2016.

Filmes/ Documentários

- **A INVENÇÃO da Infância**. Diretor: Liliana Sulzbach Produção: Liliana Sulzbach e Mônica Schmiedt. País: Brasil Local de Produção: RS Duração: 26 min Ano: 2000 Formato: 16mm.

- **CRIANÇAS Invisíveis**. Direção: Mehdi Charef, Emir Kusturica, Spike Lee, Katia Lund, Jordan Scott, Ridley Scott, Stefano Veneruso, John Woo. Produção: Maria Grazia Cucinotta, Chiara Tilesi e Stefano Veneruso. Co-produção: Rai Cinema. Apoio e o patrocínio: Ministério Italiano de Relações Internacionais. Colaboração com: UNICEF e o Programa Mundial de Alimentos. 116 min – Itália – 2005.

- "**Brasil x trabalho infantil**" (2014) – Documentário.

- "**Juízo**" (Jovens infratores no Brasil) - Documentário de Maria Augusta Ramos.

- "**Só Resta a Esperança**".

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANTES, Esther M. M. Rostos de Crianças no Brasil. Instituições: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (org.). **A Arte de Governar Crianças**: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência á Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/Editora Universitária Santa Úrsula/Amais, 1995: 169 - 220.

BAPTISTA, Myrian Veras . Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Revista Serv. Soc. Soc.** no. 109, São Paulo: jan./mar. 2012.

BIDARRA, Zelimar Soares; OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. **Infância e adolescência**: o processo de reconhecimento e de garantia de direitos fundamentais. **Serviço Social & Sociedade**, v. 29, n. 94, p. 154-175, jun. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

DEL PRIORE, Mary (Org) **História das Crianças no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RIZZINI, Irene. **A Criança e a Lei no Brasil**. Brasília: Unicef, 2000.

RIZZINI, Irene. (Org.) Crianças e Menores - O Pátrio Poder ao Pátrio Dever: Um Histórico da Legislação para a Infância no Brasil. In: PILOTTI, F. e RIZZINI, I. (Org.) **A Arte de**



UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Governar Crianças. A história das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência a Infância no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Interamericano Del Nino: Ed. Santa Úrsula/ AMAIS Livraria e Editora, 1995.

SCHEINVAR, Estela; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. Os direitos da criança e do adolescente: o caminho da judicialização. **Universidade e Sociedade**, v. 21, n. 50, p. 72-81, jun. 2012.

SEDA, E. **A Proteção Integral:** Um Relato sobre o Cumprimento do Novo Direito da Criança e do Adolescente na América Latina. São Paulo: ADES, 1995.

SEDA, E. **O novo direito da criança e do adolescente.** Brasília, CBIA, 1991.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores. **Serviço Social & Sociedade**, v. 26, n. 83, p. 30-48, set. 2005.

SILVA, Roberto. 300 anos de construção das políticas públicas para crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 8, n. 30, p. 115-125, abr./jun. 2000.

SPOSATI, Aldaíza. Crianças: direitos e discriminação. Revista Serviço Social e Sociedade. n.º 37. Rio de Janeiro: Cortez, 1998.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **É possível mudar:** a criança, o adolescente e a família na política social do município. Editora Malheiros, 1993.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **De menor a cidadão:** Notas para uma história do novo direito da infância e juventude no Brasil. Editora do Senado, 1993.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas dialogadas, leitura crítica e discussão de textos em grupos pequenos, apresentações por parte de convidados, visita técnica, dentre outras estratégias, com o auxílio de data show, computador, etc.

Conforme regulamento da universidade é necessária a presença de 75% das atividades realizadas e nota mínima de 7,0 (sete) para aprovação.

O processo de avaliação se dará a partir de:

- a) Uma prova individual e sem consulta sobre o conteúdo da Unidade I e II, a ser aplicada ao término da Unidade I e II. Valor: 0 (zero) a 10,0 (dez).